

Rede Internacional de Gênero e Comércio

Boletim Mensal (IGTN) Vol. 6 nº 3

junho de 2006

Pressão sobre possíveis resoluções da OMC

www.IGTN.org

NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

- Agricultura e NAMA: dois pilares centrais mas que não são *o fim das negociações* – Maria Rosaria Iorio e Graciela Rodriguez, IGTN Genebra
- Controle Corporativo dos Sistemas Asiáticos de Alimentos, Avaliado em Fórum Regional – Naty Bernardino, IGTN-Ásia

A IGTN EM AÇÃO

- Consolidando a pressão sobre possíveis resoluções da OMC: resultados do evento das ONGs em Genebra em 15 e 16 de maio de 2006 – Maria Rosaria Iorio, IGTN Genebra
- O Secretariado em Ação – Ruth Espínola S. de Mello. Secretariado da IGTN
- WIDE no Fórum Conectando Alternativas 2 – Nerea Craviotto, WIDE, IGTN-Europa

RECURSOS DO GÊNERO E COMÉRCIO

- A Experiência das mulheres com liberalização econômica: Enfrentando desafios, Desenvolvendo oportunidades – maio de 2006, Center of Concern (COC), USGTN
- Comércio nas Américas: Mulheres no centro do debate – Alexandra Spielloch, Center of Concern (COC)
- Resultados e Ultrajes – Liepollo Lebohang Pheko, maio de 2006, GENTA

AVISOS E EVENTOS

- WEDO lança MisFortune500!

NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

AGRICULTURA E NAMA: DOIS PILARES CENTRAIS MAS QUE NÃO SÃO O FIM DAS NEGOCIAÇÕES

Maria Rosaria Iorio, junho de 2006, Secretariado da IGTN – Escritório de Genebra

I. Contexto

Seguindo as instruções dos membros da OMC, pediram aos presidentes dos respectivos comitês que traçassem modalidades para as negociações sobre agricultura e NAMA. Esperam-se documentos contendo tais esboços no dia 21 de junho de 2006. Os membros escolheram a *abordagem de baixo para cima e transparente*. Instruíram os presidentes dos comitês preocupados com a questão a refletir consenso no esboço dos seus textos sobre as modalidades e, onde isso não fosse possível, a refletir as diferentes posições dos membros. Apesar da centralidade geralmente reconhecida, o consenso atingido nesses dois *pilares* não significa o fim do processo de negociação. A bem da verdade, uma boa

quantidade de trabalho ainda precisa ser feita para elaborar a programação das tarifas, levando em conta o marco de julho de 2004.

Conforme já foi anunciado no boletim de maio de 2006, o processo tem se baseado em Genebra e no texto. A essa altura, vale lembrar documentos chave, que estabelecem o marco dessas negociações. A Declaração Ministerial de Doha traçou os objetivos gerais desta rodada de *desenvolvimento*. A Declaração Ministerial de Hong Kong, particularmente no seu parágrafo 24 onde os Ministros instruíram seus negociadores a *assegurar um nível comparativamente alto de ambição no acesso a mercados agrícolas e NAMA*, determinava o que poderia ser definido com ação de *acompanhamento*. A decisão tomada pelo GC em 1 de agosto de 2004 deu um passo além ao detalhar a postura que os membros queriam adotar para abordar as negociações setoriais.

II. Onde ficam os interesses de países em desenvolvimento e das economias pequenas e vulneráveis?

(i) O primeiro pilar: Agricultura

A agricultura tem sido o *Pilar* em torno do qual todo o processo de negociação vem girando. A bem da verdade, por causa da pressão que a maioria das coalizões da sociedade civil e dos membros do Sul exercem para ver este setor vital colocado no topo da agenda do desenvolvimento. Espera-se que duas das grandes preocupações das economias em desenvolvimento ou das pequenas e vulneráveis apareçam nos esboços das modalidades.

- a. Concordância quanto a cortes tarifários e limiares como resultado de concessões a produtos especiais e ao Mecanismo de Salvaguardas Especiais, e potenciais outorgas que aí se originem; e
- b. Erosão de preferências e produtos tropicais.

Os esboços abrangem vários anexos, respectivamente sobre escalada tarifária para produtos primários e processados, administração da quota tarifária, uma lista de indicadores para designação de produtos especiais, mecanismo de salvaguardas especiais, produtos agrícolas tropicais e produtos de particular importância para desviar a produção do cultivo de drogas ilícitas e, por fim, porém não menos importante, a lista de produtos relacionados a preferências de longas datas e erosão da preferência. São estes os destaques das preocupações dos países em desenvolvimento e das economias pequenas e vulneráveis.

(ii) O segundo pilar: NAMA

As negociações do NAMA são, sem dúvida alguma, o segundo *pilar* das negociações do momento. Há dois lados aí que têm importância primordial na perspectiva do desenvolvimento. Por um lado, foram colocadas na mesa *redução ou eliminação dos picos tarifários, tarifas elevadas e escalada tarifária bem como barreiras não tarifárias, particularmente sobre produtos que seriam interessantes exportar para os países em desenvolvimento* como desafios a serem enfrentados pelos países em desenvolvimento de forma a garantir que esta rodada seja realmente uma rodada para o *desenvolvimento*. Levanta-se a bandeira de que *menos do que a plena reciprocidade na redução de*

compromissos. É o lado relacionado com um maior acesso a mercados para produtos originários dos países em desenvolvimento. A outra face da moeda está relacionado com o lado da oferta dos países em desenvolvimento e com o fato de as negociações que estão em andamento agora fortalecerem ou enfraquecerem a capacidade que os países em desenvolvimento têm nesse mister. Muitos países em desenvolvimento estão tendo baixas taxas aplicadas, devido ao ajuste estrutural, e suas tarifas não vinculadas podem acabar vinculadas abaixo da sua atual taxa aplicada.

Pontos importantes quanto a este pilar:

- a) A questão da cobertura vinculante das tarifas. Há duas propostas na mesa: ou vinculam-se 95% das tarifas de linhas não agrícolas a uma média de 50%, ou vinculam-se 70% das linhas não agrícolas a uma média de 28,5%.
- b) Proposta de adoção de uma abordagem de aumentos para estabelecer as alíquotas básicas para as reduções tarifárias, conforme o segundo destaque do parágrafo 5 do arcabouço do NAMA.
- c) Para uma tarifa desvinculada, a alíquota aplicada seria multiplicada por dois para obter o valor base e a fórmula será aplicada.
- d) Redução bastante acentuada das tarifas através de uma fórmula suíça, conforme ressaltado no parágrafo 4 do arcabouço do NAMA.
- e) A fórmula não linear suíça, que prevê cortes percentuais mais elevados sobre as tarifas mais altas, provavelmente resultaria em índices de cortes tarifários mais elevados do que nos países desenvolvidos.
- f) O corte da fórmula se aplicaria, linha por linha, a cada produto (parágrafo 4). Isso poderia eliminar a flexibilidade da obrigação de uma redução média conforme foi referido na Rodada do Uruguai.
- g) “Flexibilidades” disponíveis para os países em desenvolvimento (parágrafo 8) pois eles podem escolher entre terem 5% de linhas tarifárias desvinculadas (limitadas a 5% do valor total de importações) ou terem menos do que o corte da fórmula (mas até 50% da taxa de redução da fórmula) sobre 10% das linhas tarifárias (limitado a 10% do valor total de importações).
- h) Cortes tarifários por setor.

III. Reflexões

(iii) Há espaço para uma abordagem sensível ao gênero?

Apesar de uma aparência neutra com relação ao gênero, as negociações do comércio e os acordos delas resultantes têm repercussões no nível nacional, tanto em termos de relações de gênero, em geral, quanto no emprego das mulheres e na geração de renda, em particular.

No processo de esboçar ou redigir leis e regulamentos nacionais, conforme previsto no Anexo D das modalidades, as autoridades competentes deveriam *proteger* as produções e os alimentos que estão na principal cesta de alimentos de suas populações e dos quais depende o sustento da família.

Com relação ao NAMA, por outro lado, as negociações sobre matérias primas e tarifas industriais e os cortes tarifários exigidos pelos membros industrializados deverão ter um efeito de longo prazo sobre o parque industrial dos países em desenvolvimento e sobre o desenvolvimento sustentável. Uma contradição na Agenda do Desenvolvimento de Doha resultaria em maiores cortes das alíquotas das tarifas vinculadas por parte dos países em desenvolvimento em comparação com os que foram acertados pelos países industrializados. Isso resultaria na perda de atividades de valor agregado bem como em maiores taxas de desemprego feminino, pois as mulheres em geral estão empregadas nos setores manufatureiros de mão-de-obra não especializada.¹ A desindustrialização dos países em desenvolvimento também levaria a uma maior dependência da exportação de bens de primeira necessidade e dos preços internacionais, o que colocaria em perigo as comunidades e, mais uma vez, as mulheres em particular, já que estas dependem destes recursos para o seu sustento.

Portanto, os países em desenvolvimento que são membros da OMC, que são sensíveis ao bem-estar de suas populações locais, poderiam evitar essas negociações e deixar de concordar com os cortes tarifários que afetem, direta ou indiretamente, o sustento das comunidades pobres ao mesmo tempo que reduzem sua receita tarifária a ser reinvestida em setores sociais, como a educação e a saúde - dois *pilares* para o desenvolvimento sustentável sensível ao gênero.

CONTROLE CORPORATIVO DOS SISTEMAS ASIÁTICOS DE ALIMENTOS, AVALIADO NO FÓRUM REGIONAL

Naty Bernardino, junho de 2006, IGTN-Ásia

A região Ásia-pacífico está vivenciando processos rápidos e intensos de liberalização do comércio e financeira, integração econômica regional e sub-regional e acordos bilaterais de livre comércio. Isso tem levado à consolidação do poder corporativo na região, notadamente de empresas domésticas de agro-negócio cujas operações espalham uma imensa rede de subsidiárias em vários países da região. Dentre as maiores dessas empresas de crescimento interno estão o grupo tailandês Charoen Pokphand (CP), o grupo indonésio Indofoods/Salim, o grupo taiwanês Uni-President e a empresa filipina San Miguel. O controle monopolístico que elas fazem da produção de alimentos e dos sistemas de distribuição gera má distribuição de recursos, persistência da pobreza e da fome, destruição do imenso parque de recursos naturais da Ásia, destruição do sustento de pequenos agricultores e pescadores, e causa dramáticas implicações sobre a reprodução social, particularmente a escolha e o custo dos alimentos para a família.

Foram estas as conclusões da Iniciativa para a Prestação de Contas do Agro-negócio

¹ Conforme se fez referência na carta enviada aos Ministros acerca da substância e do processo das negociações da OMC assinada por organizações da sociedade civil, as conclusões do COSATU e o relatório de Carnegie enfatizam que, em países tais como Bangladesh e outros da África Oriental e Sub-sahariana, ocorreria uma grande *perda de empregos não qualificados nas indústrias manufatureiras* bem como de *participação de mercado em alguns ou todos os produtos manufaturados*. Através dos cortes propostos no momento, os países em desenvolvimento também perderiam receitas tarifárias estimadas em 563,4 bilhões de dólares para uma quantia dez vezes maior do que os ganhos projetados a partir do total da Rodada do Desenvolvimento de Doha estimado em 56,7 bilhões.

(AAI) do Primeiro Fórum Regional da Ásia-Pacífico realizado entre 27 e 29 de maio de 2006 em Chiangmai, Tailândia, que contou com a participação da IGTN-Ásia juntamente com 39 representantes de agricultores, pescadores, mulheres, jovens, grupos de desenvolvimento rural, redes de incidência sobre o comércio multi-setorial, e pesquisadores da região.

Numa declaração tirada na conferência intitulada “Conectando Iniciativas para Resistir ao Controle Corporativo dos Sistemas Asiáticos de Alimentos”, os grupos reiteraram sua defesa da soberania alimentar e reconheceram o papel a ser desempenhado pelo AAI do Fórum Ásia-Pacífico que foi reconhecido como espaço aberto para unir diversas iniciativas e lutas no confronto a corporações agro-alimentares e suas práticas monopolísticas globais. Grupos de trabalho temáticos foram formados para sustentar a troca de informações e recursos, inclusive para elaborar uma pauta de pesquisa e um plano de campanha sobre temas de interesse específico dos grupos.

A próxima reunião ministerial da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a ser realizada na Cidade de Cebu, Filipinas, em dezembro do corrente, foi tida pelos participantes como uma ocasião para examinar e destacar as implicações da integração econômica frente a um maior controle corporativo dos sistemas de alimentos e de produção rural da região.

A IGTN EM AÇÃO

CONSOLIDANDO A PRESSÃO SOBRE AS POSSÍVEIS RESOLUÇÕES DA OMC: RESULTADOS DO EVENTO DAS ONGs REALIZADO EM GENEVRA EM 15-16 de MAIO de 2006

Maria Rosaria Iorio e Graciela Rodriguez – Secretariado da IGTN

Apesar de os membros da OMC não terem conseguido cumprir o prazo de abril, a OWINFS (Nosso Mundo Não Está a Venda) – uma rede global que acompanha as negociações comerciais e que consiste em outras organizações tais como CIEL, Osfam, IATP, TWN, ASC, IGTN, ICFTU, ATN etc. – realizou um evento de ONGs em Genebra, nos dias 15 e 16 de maio de 2006. O objetivo desse evento foi o de esboçar uma pauta para ação da sociedade civil que irá confrontar nos próximos meses a possível conclusão da Rodada de Doha, tanto dentro quanto fora de Genebra.

A reunião se concentrou no processo político geral das atuais negociações da OMC, inclusive no Aid for Trade (Apoio ao Comércio) e nas principais questões ameaçadas na agricultura e no NAMA. Esses tópicos foram escolhidos por causa das prioridades determinadas pelas negociações que estão em andamento agora na OMC. Foi dada ênfase à importância de se trabalhar no nível nacional. Essa reunião visava facilitar o trabalho político que está sendo feito atualmente nos níveis nacional, regional e internacional. Os participantes concordaram quanto à necessidade de garantir que os países em desenvolvimento sejam ouvidos no processo das negociações e compartilharam várias iniciativas comuns.

Na área do NAMA, países em desenvolvimento chave, como Venezuela e Índia, argumentaram que a contribuição deve ser medida em termos de cortes percentuais. Além disso, os países em desenvolvimento deveriam estar fazendo cortes percentuais mais baixos do que os países desenvolvidos por causa do princípio “menos que a reciprocidade plena”. Com isso, os países em desenvolvimento poderão deixar de fazer cortes drásticos em suas tarifas industriais, contanto que se atenham a essa postura até o fim. É fundamental que a sociedade civil e os sindicatos cobrem isso dos países em desenvolvimento.

No tema do NAMA, tanto a CUT brasileira quanto o COSATU (central sul-africana de sindicatos) apresentaram, individualmente, interessantes estudos sobre os graves impactos que essas negociações terão sobre o emprego industrial. Observa-se que as negociações do NAMA trazem à tona a lógica da desindustrialização como parte das estratégias de empresas multinacionais dos países desenvolvidos, incluindo nas suas táticas até alguns países em desenvolvimento.

Na área da agricultura, abriu-se recentemente um grande abismo entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento por conta da questão dos SP (produtos especiais) e do SSM (mecanismo de salvaguardas especiais). O G33 e outros países em desenvolvimento fizeram demandas claras e explícitas quanto aos SP e ao SSM. É importante que a sociedade civil e os movimentos sociais apoiem essa posição e lhes dêem estímulo para prosseguir. Mantendo suas posições, os países em desenvolvimento vão dificultar o prosseguimento das negociações.

Também foi destacada nos debates a escassa pressão exercida pelos países com relação a uma maior transparência e uma postura mais democrática do processo de negociações, enfatizando a visão de que essa crítica está desatualizada e não é considerada na esfera das negociações, o que exige da sociedade civil um debate contínuo sobre a questão.

A partir das diversas análises e intervenções, considerou-se que alguns membros possam estar às voltas com a geração de uma crise nas negociações para, mais adiante, apresentarem um documento onde todos tenham de participar de uma estratégia coordenada de comprometimento com relação à continuidade do processo de negociações e da verdadeira OMC.

Entretanto, continua existindo um cenário de escassas possibilidades para um acordo ambicioso, preferido pelos países desenvolvidos, bem com a perspectiva de um acordo de “baixa intensidade”, que permite contornar as dificuldades e a turbulência atuais, mas resgatando a Rodada.

O SECRETARIADO EM AÇÃO

Ruth Espínola S. de Mello, Secretariado da IGTN

Membros do novo secretariado da IGTN participaram recentemente de vários eventos

locais relacionados com os atuais debates sobre a Rodada de Doha das negociações da OMC realizados no Brasil. Foram momentos de articulação social e política, tanto em nível nacional quanto regional.

Nos dias 23 e 24 de maio, participamos de um seminário sobre as Negociações dos Serviços na OMC e o Direito a Proteger os Serviços Públicos”, que foi realizado em Brasília e organizado pelo grupo de trabalho para Serviços, da REBRIP (Rede Brasileira para Integração dos Povos) e da ASC (Aliança Social Continental). Esse evento contou com a participação de delegados de movimentos sociais, organizações, redes, articulações de mulheres e parlamentares da região sul-americana.

Ao fim do evento, tirou-se uma declaração conjunta que foi entregue ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, que recebeu uma comissão representando todas as entidades presentes no evento. A declaração ratificava que a integração regional do Mercosul é incompatível com o modelo implementado pela OMC para as negociações, especialmente com relação à atual negociação acerca dos serviços sob o GATS (Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços).

A proposta declara que defender os serviços públicos e a soberania do povo é necessário para “impedir o GATS, estancar o acordo da OMC e evitar a conclusão da Rodada de Doha”. Ficou definido que é fundamental integrar e difundir campanhas como a “Água fora da OMC”, que reafirma os direitos humanos como direitos inalienáveis que não devem ser tratados como bens negociáveis.

A declaração se encontra disponível em:

<http://www.igtn.org/page/690/1>

A WIDE NO FÓRUM CONECTANDO ALTERNATIVAS 2

Nerea Craviotto, WIDE, IGTN-Europa

A 4ª Reunião de Cúpula dos Países da União Européia, América Latina e Caribe ocorreu em Viena entre 11 e 13 de maio. Com esse evento, os governos de ambas as regiões fizeram esforços para fortalecer a estratégia de associação bi-regional, iniciada em reuniões anteriores no Rio de Janeiro em 1999, em Madri em 2002 e em Guadalajara em 2004.

Em paralelo a esse evento oficial, movimentos sociais e ONGs de ambas as regiões organizaram o segundo fórum Conectando Alternativas (o primeiro foi organizado em 2004 em paralelo à Cúpula UE-ALC de Guadalajara) que visava explorar os meios de acabar com a hegemonia corporativa européia na América Latina e traçar relações diferentes entre UE e ALC. Enquanto os líderes políticos presentes na reunião de cúpula estavam interessados em discutir acordos de livre comércio entre as duas regiões, as ONGs e o movimento social conversaram sobre os impactos negativos das políticas para o comércio e o desenvolvimento e sobre como questionar as políticas existentes.

No cerne do fórum Conectando Alternativas 2 foram simulados processos jurídicos contra empresas multinacionais européias (as chamadas TNCs, do inglês *Transnational Corporations*) como REPSOL, Suez, ING e Benetton, onde os apresentadores falavam de casos que mostram os impactos negativos da montagem dessas empresas e outras semelhantes nos países da América Latina e do Caribe. O papel cada vez mais dominante das TNCs européias na ALC pode ser sentido em áreas estratégicas como serviços, infraestrutura, petróleo, água, finanças e telecomunicações. Em paralelo a esses tribunais simulados, foram realizados seminários e oficinas sobre tópicos específicos como os impactos da privatização água, dos processos de integração regional, dos direitos trabalhistas etc. O WIDE, em parceria com a IGTN, teve um papel bastante ativo durante o fórum Conectando Alternativas 2, trazendo gente para falar dos impactos da privatização da água sobre as mulheres na Europa e na ALC tanto nos tribunais quanto nas oficinas.

O fórum Conectando Alternativas 2 também foi uma oportunidade para ONGs e movimentos sociais aprofundarem as discussões acerca de como se devem construir alianças bi-regionais mais fortes e como se pode, de maneira mais estratégica, questionar a agenda neoliberal UE-ALC e propor relações diferentes entre as regiões. Os movimentos sociais e as ONGs presentes em Viena concordaram quanto à necessidade de fortalecermos os elos existentes e continuarmos trabalhando juntos contra a agenda neoliberal nas nossas regiões.

Todo o trabalho feito durante os três dias do Conectando Alternativas 2 foi arrematado com uma declaração final cuja mensagem principal era rejeitar as tentativas da UE de construir uma área de livre comércio na região da ALC até o ano de 2010; rejeitar a privatização de bens públicos; exigir a abolição da dívida externa nos países da ALC; e ainda expressar a necessidade urgente de construir novos relacionamentos entre a UE e a ALC com base na igualdade e na justiça social. A declaração final estará disponível em breve em: <http://www.alternativas.at>.

RECURSOS DO GÊNERO E COMÉRCIO

**A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES COM LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA:
ENFRONTANDO DESAFIOS, DESENVOLVENDO OPORTUNIDADES**
Maio de 2006, Center of Concern, USGTN

Embora acordos comerciais como o NAFTA tenham sido, em várias instâncias, devastadores para as mulheres, suas famílias e comunidades nos EUA, poucas pessoas ouviram falar desses acordos ou estão debatendo os seus impactos. Para que se possa identificar onde houve seqüelas e onde possa haver alternativas, as mulheres norte-americanas precisam começar a falar sobre questões de economia (tanto doméstica quanto internacional) e de bem-estar social, questões essas que estão intrinsecamente ligadas à mudança transformadora. Em 2002, o Center of Concern resolveu abrir o debate e estimular as mulheres nos EUA a darem início a essa discussão. Este documento relata a segunda fase desse projeto que reuniu mulheres preocupadas em Nashville, no estado

do Tennessee; no condado de Robeson, no estado da Carolina do Norte; em Amherst, no estado de Massachusetts; e em Los Angeles, no estado da Califórnia, para aprenderem sobre a liberalização econômica e discutirem suas experiências. Em cada uma dessas quatro consultas públicas, a discussão trouxe à tona preocupações fundamentais sobre a migração, falta de empregos decentes, discriminação e acesso a serviços.

Disponível em <http://www.igtn.org/page/689/1>

COMÉRCIO NAS AMÉRICAS – MULHERES NO CENTRO DO DEBATE Janeiro de 2006, Alexandra Spiello, Center of Concern (COC)

Usando uma análise de gênero, a autora faz um apanhado geral dos acordos comerciais e das negociações em vigor nas Américas, identificando questões entrecruzadas de gênero e comércio como forma de oferecer vislumbres mais esclarecedores acerca dos impactos das negociações do comércio sobre as oportunidades econômicas e sociais das mulheres nas Américas.

Disponível em <http://www.igtn.org/page/681/1>

RESULTADOS E ULTRAJES Maio de 2006, Liepollo Lebohang Pheko, GENTA

Forte artigo de Liepollo Lebohang Pheko onde ela levanta questões e reflexões sobre os resultados do veredicto no processo de estupro de Jacob Zuma. A questão polarizou o país não apenas pelas linhas do gênero mas também pelas linhas de classe, etnia e política.

Disponível em <http://www.igtn.org/page/691/1>

COMÉRCIO JUSTO COMO ALTERNATIVA AO COMÉRCIO INTERNACIONAL Junho de 2006, Ruth Espínola S. de Mello, Secretariado da IGTN

O enfrentamento das desigualdades geradas pelo sistema normativo das relações do comércio internacional encontrou nas redes de *comércio justo* um aliado que enriquece o debate e a prática de alternativas viáveis, que contribuem para a sustentabilidade de outro modelo de desenvolvimento. Apesar da pequena participação no comércio internacional e dos produtos comerciáveis, os produtos tropicais são uma iniciativa dinâmica que está crescendo.

O artigo estará em breve na biblioteca de recursos no site da IGTN na Internet:
<http://www.igtn.org/page/search>

AVISOS E EVENTOS

WEDO LANÇA MISFORTUNE500!

Este mês a WEDO lançou o MisFortune500, um site bastante necessário e muito

almejado na Internet, que questiona os desmandos corporativos contra as mulheres do mundo inteiro, que as ajuda a retomar seus direitos a um trabalho decente, a um meio ambiente limpo e saudável, e ainda o acesso à terra, à água, ao alimento e aos serviços públicos de qualidade.

Boletim compilado por Fabiana Comparato
(Encarregada de Comunicações – Secretariado da IGTN)

Para assinar ou cancelar sua assinatura do Boletim Mensal da IGTN, visite o endereço:
https://charlie375.server4you.de/cgi-bin/mailman/listingfo/igtn_bulletin

Para ler Boletins antigos, vá ao site da IGTN: <http://www.igtn.org/page/bulletins/>